

Informação aos trabalhadores da CARRIS

PS/PSD juntos CHUMBAM na CML propostas de alteração do PCP aos Estatutos da Carris

No dia 3 de Maio a Câmara Municipal de Lisboa aprovou os Estatutos da Carris. O PCP apresentou propostas de alteração a esses Estatutos, que o PS/PSD chumbaram. Este comunicado destina-se a dar conta aos trabalhadores da Carris de quais as propostas do PCP que o PS/PSD chumbaram na reunião da Câmara Municipal de Lisboa de 5 de Maio.

Proposta nº 1: A melhoria das condições de trabalho e das remuneração deve ser um objectivo da gestão pública!

Na proposta apresentada pela Câmara Municipal, no artigo 22º dos Estatutos (Princípios de gestão) esta colocava que «a gestão da CARRIS deve ter em consideração os seguintes condicionalismos e finalidades: b) *Evolução da massa salarial adequada aos ganhos de produtividade e ao equilíbrio financeiro da empresa;*». Ora este objectivo é contrário aos interesses dos trabalhadores pois amanhã será usado para tentar conter salários e justas reivindicações! O equilíbrio financeiro da Carris será determinado, em primeiro lugar, pelos apoios que a Câmara Municipal e o Estado lhe garantam, e em segundo lugar, pelas opções de gestão que forem tomadas. Se os apoios faltarem, ou se a administração perder milhões em processos especulativos ou se for dada prioridade a projectos errados, isso irá degradar a situação financeira da Carris e não são os salários que têm que pagar a factura! Basta lembrarmos os processos recentes e pensar: que culpa têm os trabalhadores dos milhões perdidos nas swaps? Que culpa têm os trabalhadores que os sucessivos Governos tenham subfinanciado a empresa? Pois, mas com essas justificações continuam os salários congelados desde 2009.

Por isso o PCP propôs que este ponto passasse a defender os trabalhadores e ter a seguinte redacção: «a gestão da CARRIS deve ter em consideração os seguintes condicionalismos e finalidades: b) *Garantir aos trabalhadores uma estabilidade laboral e condições de trabalho dignas, com uma política salarial que não apenas faça reflectir nos trabalhadores os ganhos de produtividade como compense a taxa de inflação e promova a justa valorização dos salários*». Esta alteração foi CHUMBADA por PS/PSD/CDS.

Proposta nº 2: Não permitir concessões ou privatizações

Na proposta de Estatutos apresentada pela Câmara Municipal (Artigo 27º - Receitas), propunha-se que «*Constituem receitas da Carris: e) O produto da alienação de bens próprios e da constituição de direitos sobre eles*». Ora esta alínea admite a possibilidade de concessionar ou privatizar serviços ou empresas participadas, o que consideramos errado e

inaceitável. O PCP apresentou uma proposta de alteração que proibia expressamente essas concessões ou privatizações: «*Constituem receitas da Carris: e) O produto da alienação de bens próprios e da constituição de direitos sobre eles, excepto no que respeita a alienação ou concessão de serviços ou empresas participadas, operações que estão vedadas à empresa*». Esta alteração foi CHUMBADA por PS/PSD/ com a abstenção do CDS.

Proposta nº 3: Criar um Conselho Consultivo

Como estava expresso na própria proposta de alteração que apresentou, «o PCP defende o exercício partilhado das competências de autoridade de transporte [da CML]: com a Área Metropolitana de Lisboa, nas matérias relacionadas com integração no tarifário metropolitano, interfaces de transporte ou oferta intermunicipal; e com os municípios da área metropolitana, em razão da área em causa, para as matérias relacionadas com alterações de oferta de transporte em serviços que incidam no respectivo território». É certo que essa partilha de competências só poderá ser considerada no quadro da Apreciação Parlamentar ao Decreto-Lei de Municipalização da Carris que decorre na Assembleia da República e que esta não se resolve com um Conselho Consultivo. Mas reconhecendo que esta aprovação poderia ter sido um importante contributo e sinal dado pela CML para o reconhecimento dessa necessidade, o PCP propôs que os Estatutos previssem a existência de um Conselho Consultivo, como acontece na generalidade das EPE, e onde participassem, além dos representantes dos municípios e da AML, os representantes dos trabalhadores através da Comissão de Trabalhadores e dos Sindicatos. Esta alteração foi CHUMBADA por PS/PSD.

O PCP também alertou para o facto de a CML estar a aprovar os Estatutos antes de estar concluído o processo de Apreciação Parlamentar do Decreto-Lei de Municipalização. Se a Assembleia da República aprovar as propostas aí apresentadas isso iria obrigar a rever estes Estatutos. Mas o PS preferiu «meter a carroça à frente dos bois» e aprovar desde já a proposta de Estatutos da Empresa.

O PCP continuará a bater-se pela defesa dos direitos dos utentes e dos trabalhadores da Carris e suas participadas, e a divulgar publicamente toda a informação detalhada do processo. **Mas só os trabalhadores da Carris, com a sua organização e luta organizada poderão impor ao Governo e à Câmara Municipal de Lisboa a satisfação das suas justas reivindicações!**

5 Maio 2017

sector.transportes@dorl.pcp.pt

Célula da Carris

Partido Comunista Português

